



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 12/2/2009, às 13h40
Fátima / Matr.: 28396

MPV-457

00031

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 12/02/2009	proposição Medida Provisória nº 457/2009
--------------------	---

autor DEPUTADO JÚLIO CESAR - DEM	nº do prontuário 114
-------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2.X <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

Art. 1º Os arts. 96, 99 e 102 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 99. A dívida parcelada no forma do artigo 96 sujeitar-se-á, a partir da data da consolidação, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo.

.....

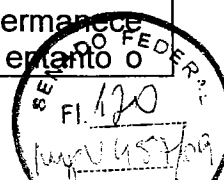
JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 457 prevê correção pela Taxa Selic mais 1%, conforme redação da Lei nº 11.196. Este encargo mostra-se excessivo e danoso às finanças municipais. A taxa Selic é utilizada pela Autoridade Monetária com o objetivo de controlar os níveis de preços no país, estando sujeita a fortes oscilações inclusive em função de fatores externos à economia do país.

Neste sentido, a utilização da TJLP, que já foi base de correção para o parcelamento previsto na MP 2.187-13, de 2001, e também para os refinanciamentos de dívidas estaduais e municipais previstos na lei nº 9.496, de 1997 e na MP 2.185-35, de 2001, garante maior estabilidade, permitindo melhor planejamento pelos administradores municipais com vistas ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Ademais, os últimos parcelamentos de débitos de tributos federais foram todos atrelados à TJLP, como pode ser visto pelas Leis nº 9.964, de 2000 (Refis), nº 10.684, de 2003 (PAES) e também pela MP 303, de 2006 (PAEX). Não seria razoável, portanto, dar tratamento menos benéfico para os entes municipais.

Em 24 de agosto de 2001, quando foi editada a MP 2.187-13, fixou-se como indexador para o parcelamento das contribuições a TJLP que à época de 9,5% a.a., ao passo que a taxa Selic era de 19% a.a. Em janeiro de 2009, a Selic permaneceu um pouco mais do dobro da TJLP (12,75% a.a. contra 6,25% a.a.), no entanto o



Executivo estranhamente propõe que seja a Selic o indexador do presente parcelamento.

PARLAMENTAR

DEPUTADO JULIO CESAR

Julio Cesar

